



Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria,
Comércio e Serviços

PROJETO DE LEI Nº 341, DE 2015.
(Deputado Rômulo Gouveia)

*Proíbe a renovação automática de
contratos de prestação de
serviços.*

Emenda ao Substitutivo da Relatora

Acresça-se o § 2º ao artigo 1º do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços do PL nº 341/15 e renumere-se o parágrafo único como § 1º:

"Art. 46º
.....
.....
.....

§ 1º
.....
.....
.....

§ 2º o dispositivo previsto no §1º não se aplica aos contratos de seguro.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo acrescentar o § 2º ao artigo 1º do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços do PL nº 341/15, a fim de excluir expressamente os contratos de seguro da proibição de renovação ou prorrogação automática.

Cumpra esclarecer que o contrato de seguro possui características especiais próprias da matéria de seguro. Ainda, por ser uma espécie de contrato de adesão, segundo definição legal expressa do art. 54¹ do CDC, trata-se de contrato cujas cláusulas são **pré-aprovadas por autoridade competente**.

No caso do setor de seguros, a autoridade competente para regular todas as operações de seguros privados realizadas no país é a **Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, parte do Executivo Federal**, conforme previsto no artigo 8º, alínea "b", do Decreto-Lei nº 73/66², que regula as operações de seguros e resseguros. Com seus 153 artigos, a referida norma constrói os comandos basilares do seguro.

Assim sendo, a SUSEP **é responsável por regulamentar o setor de seguros, responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro, que por meio de circulares regula todas as modalidades de seguro**, descendo ao detalhamento cabível a esta modalidade de controle, além de fiscalizar as atividades das empresas do setor.

Dessa forma, por meio da Circular nº 302, de 2006, que *Dispõe sobre as regras complementares de funcionamento e os critérios para operação das coberturas de risco oferecidas em plano de seguro de pessoas, e dá outras providências*, a SUSEP já dispôs sobre a renovação automática nos contratos de seguro, dentro da sua competência:

"Art. 64. Deverão ser especificados nas condições gerais os procedimentos para renovação da apólice, quando for o caso.

§1º A renovação automática do seguro só poderá ser feita uma única vez, devendo as renovações posteriores serem feitas, obrigatoriamente, de forma expressa."

Além disso, de acordo com a justificativa do autor do projeto, a verdadeira intenção é impedir "ofertas de uso gratuito de determinado serviço, para efeito de teste ou

¹ Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.

² Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.

experiência de curta duração, adicionado ao contrato principal. Caso o consumidor não se manifeste, o serviço agregado passa a ser cobrado, independentemente do seu interesse ou utilidade para o consumidor.” prática que não ocorre no contrato de seguro.

Ressalta-se que a renovação automática, ao contrário da hipótese acima, **não traz prejuízos** ao consumidor segurado, inclusive, permite uma segurança ao consumidor desatento, que caso não ficasse atento ao prazo para a renovação do contrato, poderia perder a cobertura do seguro e, não impede o segurado que não mais deseja continuar com o seguro, de descontinuar o contrato.

Portanto, considerando que: (I) a **SUSEP já dispõe** sobre a renovação automática e; (II) o faz **dentro de sua competência e de forma explícita, restritiva a uma única renovação**; (III) **não impedindo a interrupção** do contrato pelo segurado quando ele assim o queira após o primeiro período da contratação; (IV) a intenção do legislador foi **proteger** o consumidor **de prejuízos e imposições**, que no caso do contrato de **seguro não ocorrem**, torna-se imperativo que a emenda aditiva ora apresentada seja acolhida e aprovada para que o projeto **exclua expressamente o contrato de seguro**.

Sala da Comissão, em 10 de abril de 2016

LUCAS VERGÍLIO

Deputado